

Diferença. Punição administrativa anda mais rápido no Judiciário do que no Legislativo estadual

Na Justiça, o início da faxina interna. Mas na Assembleia...

Casos de Robson Vaillant e Wolmar Campostrini se arrastam na corregedoria

EDUARDO FACHETTI
efachetti@redgazeta.com.br

■ Enquanto nos últimos meses o Poder Judiciário iniciou um processo de faxina interna e puniu servidores e magistrados supostamente envolvidos na Operação Naufrágio - três servidores foram demitidos, uma juíza foi aposentada e um magistrado chegou a perder o cargo -, o caminho seguido pelo Legislativo estadual é completamente oposto. Casos como o do deputado estadual Robson Vaillant (DEM) e de Wolmar Campostrini (PDT) se arrastam na Casa.

O de Vaillant, investigado num suposto esquema "rachid", vai completar quatro meses no dia 10 abril. Já o de Wolmar, alvo da Operação Auxílio-Sufrágio, que apurou um esquema de fraudes contra o INSS, chegou à Assembleia Legislativa há dois anos e sequer foi aberto um procedimento de investigação da conduta do parlamentar.

O entrave, segundo os corre-



PREVIDÊNCIA. Wolmar: investigado em esquema de fraude no INSS

CARLOS ALBERTO SILVA



DENÚNCIA. Vaillant: afastado por causa de suposto "rachid"

RICARDO MEDEIROS

“Pela interpretação legal, o parlamentar não pode exceder esse tempo de afastamento (120 dias)”

CACAU LORENZONI (PP)
CORREGEDOR

Entenda os casos

■ **VAILLANT.** Segundo denúncia do MPES, servidores do gabinete do deputado Robson Vaillant (DEM) entregavam parte dos vencimentos ao parlamentar, sob a ameaça de exoneração. Além disso, o deputado empregava em seu gabinete o sogro do irmão, Vanderson Vaillant. O servidor, segundo apurou a denúncia, reside no Rio de Janeiro e deixava o cartão bancário com o genro, que embolsava o salário pago com dinheiro da Casa.

■ **ENTRAVE.** Em dezembro de 2009, Luiz Henrique de Souza

O entrave, segundo os corregedores, está no andamento dos processos na Justiça. Enquanto não recebem documentos mantidos em segredo, os deputados argumentam que não têm como iniciar processos para averiguação do envolvimento de seus pares em supostas irregularidades.

A diferença entre a postura do Legislativo e a do Judiciário é que este Poder já aplicou sanções internas aos magistrados denunciados pelo Ministério Público Federal. A denúncia da Operação Naufrágio foi formalizada em fevereiro, mas ainda não houve posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ou seja, os 26 denunciados sequer são réus, ainda. Mas, mesmo assim, a corregedoria do Judiciário já começou a aplicar as penas máximas previstas no âmbito administrativo.

SALÁRIOS

Na Assembleia, um dos casos mais emblemáticos é a denúncia

contra Robson Vaillant. Acusado pelo Ministério Público Estadual de se apropriar de salários de servidores da Casa, o parlamentar está afastado de suas funções há quase 120 dias. No entanto, o processo está parado na corregedoria após a Justiça capixaba decretar o segredo processual do caso.

Apontado como cabeça de uma quadrilha que desviou R\$ 5 milhões do INSS entre 2003 e 2008, Wolmar protagoniza outro episódio sem desfecho na Assembleia. O processo criminal que apura a participação do parlamentar no esquema que fazia a troca de benefícios previdenciários por votos foi aberto em abril de 2008 e até hoje se arrasta sem definição. A corregedoria alega que aguarda a chegada de documentos para dar início ao processo interno. As penas previstas na corregedoria vão da advertência à cassação de mandato. *(Com colaboração de Felipe Quintino)*

As punições que já ocorreram no tribunal

■ **INVESTIGAÇÃO.** Com os desdobramentos da Operação Naufrágio, o Judiciário capixaba começou a analisar a conduta de servidores, juízes e desembargadores envolvidos no inquérito sobre o caso.

■ **SERVIDOR.** O Tribunal de Justiça aplicou a pena máxima de exoneração para quatro servidores investigados. Os processos tramitaram na corregedoria. O primeiro servidor que recebeu a demissão foi Leandro Sá Fortes, ex-assessor do desembargador Frederico Pimentel, preso na operação. A decisão ocorreu em julho do ano passado. A pena estabelece ainda que ele não pode exercer função pública estadual pelo período de cinco anos. Alvo de mandato de busca e apreensão na operação, Leandro é suspeito de envolvimento num esquema para a criação de uma rede de cartórios no Estado, tema relatado no inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça.

■ **DISTRIBUIÇÃO.** Em setembro de 2009, quem

recebeu a pena de demissão foi a ex-diretora do setor de Distribuição do TJES Bárbara Pignaton Sarcinelli. Ela foi demitida do cargo efetivo de escrevente juramentada. As investigações da Polícia Federal apontaram que Bárbara atuou no direcionamento de processos, a pedido de integrantes do grupo investigado.

■ **FILHAS DE PIMENTEL.** Em outubro, duas filhas do desembargador Frederico Pimentel (Roberta e Dione) receberam a mesma punição de Bárbara. Já Larissa Schaider Pimentel, também filha do desembargador, foi suspensa por 30 dias.

■ **JUIZES.** Neste ano, o tribunal aplicou a pena de aposentadoria compulsória à juíza Larissa Sarcinelli Pimentel, também citada no inquérito da Operação Naufrágio. Já o marido dela, o também juiz Frederico Schaider Pimentel, foi demitido do cargo, sem recebimento de salário. No próximo dia 8, o tribunal julga o processo disciplinar contra o desembargador Josenider Varejão Tavares.

Dúvida sobre indicação de substituto para Vaillant

Prazo de afastamento e falta de conclusões retardam ainda mais o trabalho da corregedoria

■ Na iminência de completar 120 dias, o afastamento de Robson Vaillant levanta a possibilidade de seu suplente, o deputado Sargento Valter (PSB), ser convocado para assumir a vaga. O caso travou na corregedoria após três testemunhas mudarem de endereço e não serem localizadas pela Justiça. Os corregedores alegam que, sem as conclusões judiciais,

o procedimento interno na Casa não pode tramitar.

Para Lorenzoni, o prazo para a convocação de sargento Valter está próximo. "O limite para que o Tribunal de Justiça nos dê um retorno é 10 de abril. Pela interpretação legal, o parlamentar não pode exceder esse tempo de afastamento", explicou.

O presidente da Casa, Elcio Alvares (DEM), discorda da interpretação do corregedor. "Estamos examinando as normas legais e regimentais e não visualizamos prazo fatal. Não há juízo formado ainda", disse.

O democrata afirmou que

analisará qualquer indicação da corregedoria junto ao plenário porque, segundo ele, não há no Regimento Interno "dispositivos constitucionais expressos que definam o prazo máximo para o afastamento". Elcio pontuou que a falta de conclusão judicial para o caso impede formação de decisões. É também essa a justificativa para a não-abertura de procedimento contra Wolmar Campostrini. Para que isso aconteça, é necessário que o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, no Rio de Janeiro, encaminhe conclusões sobre o suposto envolvimento dele à Casa.

Em Vitória, investigação de Dermival fica na gaveta

CARLOS ALBERTO SILVA

Vereador é acusado de usar servidores de seu gabinete para fins particulares; processo está parado

■ Além das dificuldades enfrentadas pela corregedoria da Assembleia Legislativa para prosseguir com as investigações sobre parlamentares, o Legislativo municipal de Vitória também se vê em meio a processos parados no órgão investigativo. Desde dezembro, o processo ético-disciplinar que apura denúncia contra o vereador Dermival Galvão (PMDB) está parado. O peemedebista é acusado de usar servidores de seu gabinete para fins particulares em uma propriedade na região serrana.

Um dos ex-assessores e pivô do caso é o atual caseiro do sítio de Dermival, Juarez dos Santos. Ele esteve nomeado no Legislativo por oito anos, mas, segundo apuração do Ministério Público Estadual,



DEFESA. Dermival Galvão nega todas as acusações

teria se dividido entre o trabalho em Vitória e no sítio do vereador durante esses anos.

Considerado uma das testemunhas-chave do caso, Adelson Teixeira, vizinho do sítio de Dermival, faltou, por oito vezes, às convocações da corregedoria para prestar depoimentos. Ele encaminhou documento ao órgão afirmando que só prestaria esclarecimentos em juízo.

O vereador, por sua vez, negou todas as acusações. Com a falta de depoimentos e indícios conclusivos, os vereadores corregedores alegaram ter menos recursos que o Ministério Público ou a Justiça para produzir evidências, e acabou suspenso. O processo, entregue ao presidente da Casa, Alexandre Passos (PT), deve ser analisado pela Mesa Diretora da Casa e, depois, levado a plenário.

■ **ENTRAVE.** Em dezembro de 2009, Luiz Henrique de Souza, testemunha que procurou o MPES para noticiar as irregularidades no gabinete de Vaillant, desmentiu as declarações. Outras três testemunhas mudaram de endereço e não foram mais encontradas, atrasando a apuração do caso.

■ **CAMPOSTRINI.** Em 2008, o Ministério Público Federal apontou o deputado como líder de um esquema de fraudes no INSS. A denúncia da Operação Auxílio-Sufrágio indica Campostrini como chefe do esquema de troca de benefícios por votos.

■ **PARADA.** A denúncia foi entregue à Corregedoria da Assembleia, mas não houve abertura de processo administrativo na Casa porque o órgão aguarda documentos sigilosos da Justiça.

Corregedores não são encontrados

■ A reportagem de A GAZETA tentou, durante dois dias, falar com os corregedores Wanildo Sarnágli (PTdoB) e Eustáquio Freitas (PSB) para obter informações sobre o andamento do processo contra o deputado Robson Vaillant - acusado pelo MPE de coagir funcionários de seu gabinete para obter parte ou até mesmo a totalidade dos salários pagos a eles -, e sobre o possível início do processo para apuração dos fatos apontados pela Polícia Federal, em 2008, contra Wolmar Campostrini. No entanto, nenhum deles foi encontrado, nem retornaram os recados deixados nas caixas de mensagem. Os dois parlamentares apontados pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal também foram procurados por A GAZETA para darem suas versões sobre o andamento dos processos. Vaillant e Campostrini também não foram localizados até o fechamento da edição.